

ATA DA 4ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2008

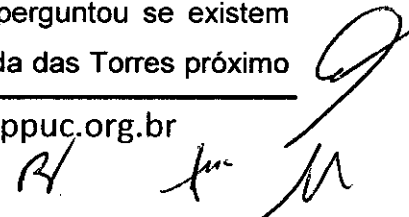
Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às nove horas, reuniu-se o Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA, no Auditório do IPPUC, para apreciar os temas e questões fixados na pauta desta QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, conforme constou na convocação encaminhada pelo Senhor Presidente, Augusto Canto Neto. Estiveram presentes os conselheiros, conforme lista de presença anexa e parte integrante desta ata. Participaram da reunião como observadores o senhor Pio Santana, por uma Associação de Moradores convidada pelo segmento "Movimentos e Organizações Sociais", e a estudante de direito da PUC/PR Francielli Piva Maciel. Abrindo os trabalhos, o Presidente do CONCITIBA, engenheiro Augusto Canto Neto, comentou a pauta proposta para a sessão: a) aprovar a criação de duas Câmaras Temáticas, sobre malha viária (transposições e infra-estrutura subterrânea) e habitação de interesse social (diretrizes); b) aprovar os Planos Setoriais e c) solicitar a ampliação do CONCITIBA em dois membros, como proposto pelo representante da Procuradoria Geral do Município – Mauro S. T. Rocha. Após apresentar a agenda, o Presidente sugeriu que, para a próxima Reunião Ordinária deste Conselho, seja feita apresentação sobre a Copa do Mundo de 2014 em Curitiba. Os conselheiros presentes, por aclamação, acataram as sugestões e concordaram que, na 5ª Reunião Ordinária do CONCITIBA, seja debatido sobre o assunto proposto, Copa do Mundo, ao que se corrigiu que os projetos definitivos para Curitiba só estariam aprovados, por parte da FIFA e em tempo hábil, para a 6ª sessão do conselho, a ser realizada em abril de 2009. O conselheiro Hélio Bampi, propôs então a inversão na pauta, em virtude de ter que se ausentar às 11:00 horas. O conselheiro Bruno C. Meirinho disse que a pauta desta reunião não está condizendo com a que foi acordada na reunião anterior, e que os itens fossem mais genéricos. Ressaltou, ainda, que o item - "c) aprovar ampliação do CONCITIBA em dois membros", não havia sido agendado na reunião anterior para constar da pauta. O conselheiro Mauro S. T. Rocha disse que esse assunto foi proposto por ele entre as duas sessões e acolhido pela Secretaria Executiva e que ele, na condição de representante da PGM, que dentre outros deve zelar pela correção dos atos administrativos e isonomia de participações, vê necessidade de se ter um representante da classe dos trabalhadores e mais um do poder público. O conselheiro Timóteo B. de Campos sugeriu que as próximas reuniões do CONCITIBA sejam gravadas, para facilitar a elaboração da ata, que deve conter na íntegra tudo que foi discutido. O conselheiro Bruno C. Meirinho reforçou a necessidade da ata conter tudo que for discutido e solicitou que a Ata da 3ª Reunião fosse corrigida, se comprometendo a apresentar proposta de reparação, solicitou que se registrasse ainda a entrega de documentos à Biblioteca do IPPUC. O coordenador da Secretaria-Executiva, Claudio Menna, explicou que a ata da 3ª Reunião Ordinária, como

sempre é feito, foi encaminhada a todos os conselheiros para sua apreciação prévia, junto com o ofício de convocação da sessão seguinte, neste caso para a 4ª reunião, e sempre via e-mail. Nesta em apreciação, da 3ª. Reunião, houve duas intervenções, uma do conselheiro Luiz Antunes Rodrigues e outra do conselheiro Mauro S. T. Rocha. Essas intervenções foram inseridas no texto da citada ata. O conselheiro Bruno C. Meirinho argumentou então que não consta na Ata da 3ª Reunião a doação ao conselho de alguns documentos, feita por ele, e que ali consta a criação de "grupos técnicos" em vez de câmaras técnicas. O conselheiro Mauro S. T. Rocha esclareceu que, segundo o art. 4º da lei nº 12.579/07, que criou o CONCITIBA, a terminologia correta é "Câmaras Temáticas" e assim designados doravante para evitar novos desentendimentos. O conselheiro Hélio Bampi, lembrou que na 3ª reunião ficou acordado criar grupos técnicos, pois Câmaras Técnicas dão impressão de instalação permanente, perene. O conselheiro Mauro S. T. Rocha reafirmou que, segundo a lei, tem que ser Câmara Temática. O coordenador da Secretaria-Executiva, Claudio Menna, pediu a palavra, disse que o conselho é soberano para criar instâncias prévias antes das Câmaras de lei e, por fim, sugeriu que fosse votada a criação das Câmaras Temáticas em pauta, perguntando o que seria mais interessante, se duas ou três. O conselheiro Vinicius Gessolo de Oliveira lembrou que uma Câmara Temática pode ou não ser permanente. O conselheiro Luiz Antunes Rodrigues falou que estamos nos preocupando com problemas pontuais, sugere que seja discutido mais sobre esse assunto; e é contra votar na criação dos grupos agora. A conselheira Teresa E. G. Oliveira sugeriu que sejam criados grupos de trabalho específicos. O conselheiro Bruno C. Meirinho apresentou proposta para criação de três câmaras uma câmara de "Moradia e Saneamento", outra sobre "Grandes Projetos" e outra sobre Transporte e Mobilidade e entregou à Secretaria Executiva um Plano de Trabalho para uma Câmara Temática de Habitação e Saneamento Básico. Sugeriu também que não seja criada uma câmara sobre cabeamentos subterrâneos, pois acha esse um assunto muito limitado e específico. O Presidente achou todas as propostas em debate bem interessantes, mas sugeriu que os Planos Setoriais fossem votados e aprovados antes de votar a criação das Câmaras Temáticas. O conselheiro Bruno C. Meirinho falou que não concorda que os citados trabalhos sejam chamados de planos; em sua opinião, esses seis estudos são somente diagnósticos com diretrizes genéricas, mas não apresentam propostas finais, e na reunião anterior não foi falado em se votar os mesmos. A conselheira Teresa E. G. Oliveira lembrou que, na reunião anterior, após a apresentação dos Planos Setoriais pelo Sr. Ricardo Antonio de Almeida Bindo, assessor de Planejamento no IPPUC, o Presidente pediu que os mesmos fossem aprovados, tendo sido acolhida essa sugestão sem haver uma só contestação ao pedido. O conselheiro Vinicius Gessolo de Oliveira sugeriu então que primeiro sejam votadas as Câmaras Temáticas. O coordenador da Secretaria-Executiva, Claudio Menna, disse que, caso o debate tenha sido suficiente, o Presidente poderia ordenar e conduzir as votações pautadas, ao que a

Presidência sugeriu que cada câmara fosse formada por três a cinco membros do CONCITIBA. O conselheiro Timóteo B. de Campos, ressaltou que a formação das câmaras poderia contar com quantos participantes quisessem, ao que o conselheiro Bruno C. Meirinho acrescentou que outras pessoas da instituição que representa participassem também de câmaras. O coordenador da Secretaria-Executiva, Claudio Menna sugeriu pelo menos três conselheiros no mínimo, aos quais caberia fixar um regime de trabalho e eventuais participações para colaborar nos estudos temáticos. Com a palavra, o Presidente do Conselho solicitou a contagem dos conselheiros titulares presentes e, no caso das ausências, do seu suplente, no que se somou doze conselheiros aptos a votar. Por unanimidade, foi aprovado criar 3 (três) câmaras temáticas, sendo "Infraestrutura, Mobilidade e Transporte" a primeira; "Moradia e Saneamento" a segunda; e "Grandes Projetos Urbanos e Legislação Urbanística" a última; ficando acordado que, nelas, os conselheiros suplentes também teriam direito a voto. O presidente deixou livre para que cada conselheiro presente se inscrevesse em qual câmara desejaria atuar, ficando as mesmas com a seguinte composição: a) CÂMARA TEMÁTICA DE MORADIA E SANEAMENTO com Alfredo Vicente de Castro Trindade, Ubiraitá A. Dresh, Teresa E. G. de Oliveira, Marco Aurélio Becker, Vinícius G. de Oliveira, Luiz de Mauro, Bruno C. Meirinho, Timóteo B. de Campos e Cristina de Araújo Lima; b) CÂMARA TEMÁTICA DE GRANDES PROJETOS E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA com Bruno C. Meirinho, Vinícius G. de Oliveira, Timóteo B. de Campos, Biratã Giacconi, Ardison Akel e Alfredo Vicente de Castro Trindade; e finalmente c) CÂMARA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA MOBILIDADE E TRANSPORTE com Hélio Bampi, Sandro Vieira, Maria Lucia Rodrigues e Rosângela Maria Battistella. As Câmaras Temáticas terão presidente, de livre escolha, relator e regimento próprio. A Secretaria Executiva deve, com apoio do IPPUC, disponibilizar os meios técnicos, materiais e humanos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos. Dando continuidade na reunião, foi dada a palavra ao conselheiro Mauro S. T. Rocha, que argumentou sobre a necessidade de ampliar o colegiado, pois, analisando a lei, constatou que não existe representação do segmento dos trabalhadores. Propôs então que fossem acrescentados em dois os conselheiros, um do segmento dos trabalhadores e outro do poder público, através de projeto de lei, ficando este conselho composto por dezessete conselheiros titulares e suplentes. A proposta foi aceita, por unanimidade, ficando acordado que o conselheiro Mauro S. T. Rocha redigiria um anteprojeto de lei para ser levado ao exame do conselho na próxima reunião. O Secretário Executivo argumentou visando pautar a aprovação dos Planos Setoriais em linhas de apreciação, deixando clara a necessidade da sua aprovação no CONCITIBA de modo a que a Prefeitura possa gerenciar ações em acordo às diretrizes e referências decenais apontadas nesses documentos, como partes teóricas do Plano Diretor. O conselheiro Vinícius Gessolo de Oliveira lembrou que na ocasião da 1ª Conferência das Cidades ficou proposto que deva haver a participação popular, dizendo que, quando se soube da elaboração dos seis planos, em 2006,

o Observatório, que congrega diversas entidades, encaminhou um ofício solicitando a participação nesses estudos, mas não obteve resposta. Sendo assim, propõe que esse processo seja revisto para que haja mais participação popular. O conselheiro Luiz Antunes Rodrigues, representante da AUTRACO, observou que a questão da participação faz parte da democracia e que as audiências públicas deveriam tratar de assuntos mais pontuais, sobre os quais a população tem direito de opinar. O conselheiro Bruno C. Meirinho acha que a plenária não está pronta para votar. Na opinião da sua instituição, a AMBIENS, esses documentos não poderão ser chamados de planos, pois neles não existem propostas de ação, não contempla especificidades no Plano de Habitação e faltou participação popular; sendo assim, o documento é só um diagnóstico; motivo porque propõe, para fins de aprovação, que esse diagnóstico dê suporte para duas conferências, de onde sairiam propostas. O conselheiro Alfredo Vicente de Castro Trindade, representante da SMMA, contestou lembrando que, por ocasião da elaboração do Plano de Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, ocorreram várias audiências públicas com participação popular e ainda que toda essa matéria está disponível no site do IPPUC há mais de um ano para a devida apreciação por parte da sociedade e propõe que os Planos Setoriais sejam votados como referências. Os conselheiros Mauro S. T. Rocha e Hélio Bampi concordaram totalmente com a opinião do conselheiro Alfredo Vicente de Castro Trindade. O conselheiro Vinícius Gessolo de Oliveira reafirma que a plenária não está pronta para votar, propondo também que seja composta, neste conselho, uma Mesa Coordenadora para ordenar os trabalhos, presidida pelo Presidente, porém incluindo um representante de cada segmento na mesma. Fazendo uso da palavra, o Presidente pede bom senso aos conselheiros, lembrando que hoje não podemos ignorar as cem mil pessoas que já participaram de audiências públicas, e que não estamos brincando de democracia; esse plano contou com a participação popular, temos que ter consideração e respeito com esse fato, sugerindo, por essa razão, que seja votada a aprovação dos seis planos como as referências exigidas como componentes no Plano Diretor da cidade. O conselheiro Vinícius Gessolo de Oliveira perguntou se as cem mil pessoas foram ouvidas de fato, e como se deu essa representação, ao que o senhor Ricardo Bindo, esclareceu ter havido participação de todas as classes e conselhos específicos, tratando de assuntos em Educação, Saúde, Habitação etc... Retomando a palavra, o presidente propôs a votação, solicitando aos conselheiros que se manifestassem. O conselheiro Bruno C. Meirinho deixou claro que é contra a votação, pedindo que isso constasse em ata e afirmando que esses documentos são diagnósticos e que o seu conteúdo é insuficiente para ser chamado de plano, pois é apenas um filtro da realidade reafirmando sua proposta de realização de duas conferências. A conselheira Cristina de Araújo Lima então se manifestou como favorável à aprovação dos planos, mas que sejam votados como referências, como foi assinalado pelos conselheiros Alfredo Vicente de Castro Trindade, Mauro S. T. e Hélio Bampi. Após essas

considerações, os Planos Setoriais foram aprovados como referências, mediante 11 (onze) votos a favor e 01 (um) contra do conselheiro Bruno C. Meirinho. Nesse momento, houve uma pausa para coffee break. Dando continuidade aos trabalhos, foi composta mesa coordenadora com um representante de cada segmento, tendo como componentes o presidente Augusto Canto Neto, a conselheira Cristina de Araújo Lima e os conselheiros Luiz de Mauro e Ubiraitá A. Dresh. O presidente perguntou qual local seria mais indicado para as reuniões que iriam organizar as Câmaras Temáticas. O conselheiro Ubiraitá A. Dresh propôs as dependências do IPPUC, sugerindo que, em 2009, sejam realizadas mais sessões, uma reunião por mês. Ficou acordada a seguinte agenda: para dia 13/01/09 a reunião da CÂMARA TEMÁTICA DE MORADIA E SANEAMENTO; para o dia 14/01/09 a reunião da CÂMARA TEMÁTICA DE GRANDES PROJETOS URBANOS e LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; e no dia 15/01/09 a reunião da CÂMARA TEMÁTICA DE INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE; sempre no horário das 14h00 às 18h00, na Sala Redonda deste Instituto. Os conselheiros Vinícius Gessolo de Oliveira e Olga Mara Prestes perguntaram como fica a participação dos técnicos, ou em que momento o IPPUC indicará técnicos para assessorar e participar nas câmaras temáticas. O presidente diz que não vai poder participar de todas as reuniões das câmaras, mas a Secretaria Executiva do CONCITIBA deve participar de todas, e, no momento que for necessário, cada técnico será convidado a participar. Depois de se ouvir as sugestões dos conselheiros e, prosseguindo na pauta, o coordenador da Secretaria-Executiva, Claudio Menna, propôs agenda e pauta da próxima reunião, ficando acordado o dia 05/02/09 das 9h00 às 12h00 para a mesma, tendo por pauta: 1) aprovação final e assinatura nas atas da 3ª e da 4ª reuniões ordinárias; 2) apresentação dos relatórios iniciais das três Câmaras Temáticas; 3) apreciação do Ante Projeto de Lei para inserir mais membros no conselho; 4) apresentação de modalidades e ritos para Estudos de Impacto nas intervenções urbanas; 5) informe sobre leis e práticas quanto à trafegabilidade em calçadas; 6) Assuntos gerais quanto ao projeto Copa do Mundo de 2014 em Curitiba. Dando continuidade à reunião, foi aberto debate aos assuntos gerais. O conselheiro Luiz Antunes Rodrigues levantou questão referente à Copa do Mundo 2014, se haverá obras nas proximidades do Estádio Couto Pereira e se já existe um plano de impacto ambiental, sugerindo muita atenção quanto ao sistema viário nas proximidades desse estádio. Ainda com a palavra, propôs que os segmentos sociais sejam mais ouvidos e suas sugestões melhor analisadas. O presidente esclareceu que o Estádio Couto Pereira está fora dos projetos referentes à Copa e que o estádio indicado pela FIFA é a Arena, do Clube Atlético Paranaense. O conselheiro Timóteo B. de Campos reforçou que a comunidade seja informada sobre toda intervenção que aconteça na cidade e que se contemple a Vila das Torres entre os planos de melhorias urbanas para a copa, como cartão de visitas para quem chega na cidade. O conselheiro Ubiraitá A. Dresh pediu a palavra e perguntou se existem critérios para implantação de semáforos, citando como exemplo a Avenida das Torres próximo



ao Supermercado Condor, onde foram implantados três semáforos que, segundo ele, deixam o fluxo da via truncado. Ainda com a palavra o conselheiro diz que temos que achar solução para o tráfego em Curitiba. A senhora Emanoele Leal, arquiteta e coordenadora adjunta na Secretaria Executiva deste conselho, esclareceu que foram implantados os semáforos em virtude dos binários, agora existentes e como travessias importantes na Avenida das Torres. A conselheira Olga Mara Prestes também explicou que existem critérios técnicos, na medição de tráfego e sua demanda, para a implantação dos semáforos; antes de qualquer intervenção é feita a análise dos impactos no entorno da via, se priorizando sempre o pedestre, nada é feito aleatoriamente. O conselheiro Vinicius Gessolo de Oliveira propôs que esse assunto fosse um dos temas para a próxima reunião e que fosse feito sua relação com relatórios e estudos de impacto, que foram pautados. O conselheiro Alfredo Vicente de Castro Trindade, então, se propôs a apresentar o item da pauta referente a esses estudos prévios. O conselheiro Timóteo B. de Campos propôs que a "Câmara Temática de Grandes Projetos Urbanos e Legislação Urbanística" inclua, entre seus trabalhos, um estudo para transformar a Vila das Torres, ao que o Secretário Executivo, lembrou que a lei de Assistência Técnica do Congresso e a Universidade Católica são importantes para o projeto Vila das Torres e, daí, apresentou a estudante da PUC-Pr, Francielli Piva Maciel. Como observadora, ela esclareceu o motivo que a trouxe nessa reunião e pediu que os conselheiros respondam a um questionário que será encaminhado via e-mail. O Sr. Pio, pediu a palavra e sugeriu que fosse estudado uma proposta de prevenção, com relação aos bairros, especificamente com referencia às calçadas, no que se exige projeto padrão. A conselheira Teresa E. G. de Oliveira esclareceu que a calçada, por lei, é uma responsabilidade do proprietário, a prefeitura só fiscaliza, sugerindo que o morador deverá trocar informações com técnicos nas Regionais Administrativas da prefeitura, em Ruas de Cidadania. O conselheiro Vinicius Gessolo de Oliveira propõe que seja sempre composta a mesa com mais membros nas próximas reuniões, para melhor condução dos trabalhos, sugestão acolhida por todos. Encerrando a reunião, o Sr. Augusto Canto Neto, presidente do CONCITIBA, agradeceu a presença de todos; e nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião, da qual foi lavrada esta ata, que depois de lida, foi assinada pelos senhores conselheiros presentes.

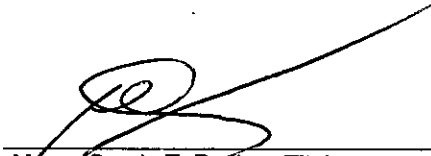
Curitiba, 04 de dezembro de 2008.

Augusto Canto Neto - Presidente
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de
Curitiba - IPPUC

Alfredo Vicente C. Trindade - Titular
Secretaria Municipal do Meio Ambiente

CONCITIBA

Conselho da Cidade de Curitiba

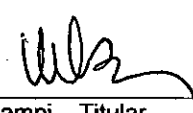

Mauro Sergio T. Rocha - Titular
Procuradoria Geral do Município

Teresa Elvira Gomes de Oliveira - Suplente
Companhia de Habitação Popular de Curitiba -
COHAB-CT

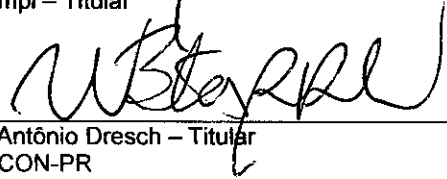
Olga Mara Prestes - Suplente
URBS - Urbanização de Curitiba S.A

Susana Lins Affonso da Costa - Suplente
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de
Curitiba - IPPUC

Luiz de Mauro - Titular
FAMOPAR


Hélio Bampi - Titular
FIEP



Ana Carmen de Oliveira - Titular
SINDARQ


Ubiraitá Antônio Dresch - Titular
SINDUSCON-PR

Bruno Cesar Meirinho - Titular
AMBIENS

Cristina de Araújo Lima - Titular
UFPR

Timóteo B. Campos - Suplente
União Vila Torres


Luiz Antunes Rodrigues - Suplente
AUTRACO

Biratã H. A. Giacomoni - Suplente
SIITEP